



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA**  
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA/PI  
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

---

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059**

## DECISÃO

Cuidam os autos de Representação Criminal pela decretação da Prisão Preventiva do Investigado identificado por LUIS NUNES NETO, com fundamento no art. 311 e seguintes do CPP.

Relata a autoridade Policial que no representado compõe uma possível organização criminosa responsável pela prática de crime de grilagem, lavagem e capitais, corrupção ativa, adulteração de documentos públicos. Especificamente, o representado é suspeito de ter praticado o crime tipificado no art. 343, do Código Penal, por ter tentado “comprar” testemunha em ação judicial. O teria ocorrido no dia 15 de abril de 2019, quando o senhor Luis Neto ofereceu um registro de imóvel de um terreno em litígio ao senhor CARLOS ANTONIO DE SOUSA JUNIOR. Todavia, este deveria convencer as testemunhas, que presenciaram a ocorrência de fatos delituosos na comunidade Carnaubinha, onde o senhor LUIS NETO e APOENA, acompanhados de homens armados, destruíram casas e demais benfeitorias, sem ordem judicial, para que as referidas testemunhas não reconhecessem as pessoas envolvidas na ação, quando fossem ouvidas formalmente em Inquérito Policial instaurado para este fim.

O Ministério Público juntou a mídia de áudio em que o representado tenta subornar a testemunha.

Que o investigado tem promovido ações na intenção de desarticular os órgãos do Estado, comprando testemunhas, perseguindo servidores públicos municipais, com a influência política que supõe ter,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA**  
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA/PI  
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

---

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059**

embaraçando os procedimentos investigativos, razão pela qual reputa necessária e inadiável a decretação da sua prisão preventiva, a fim de resguardar a ordem pública e para a garantia da instrução criminal.

Juntou documentos, tais como depoimentos das testemunhas CARLOS ANTONIO DE SOUZA JUNIOR, em mídia, que confirma a acusação que é feita. Os demais depoimentos dão conta de que houve a possível atuação do investigado em realização de turbação possessória mediante o uso da força armada, o que demonstra o grau de periculosidade e de ousadia do arguido.

**Eis o relatório.**

**A seguir, fundamento e decidio.**

Na espécie, deve o juízo ponderar acerca da plausibilidade e urgência na decretação da prisão preventiva em face do representado, à luz dos art. 312 e art. 313, ambos do Código de Processo Penal Brasileiro.

Importa dizer, antes de tudo, que a prisão cautelar (seja ela na modalidade de prisão temporária, seja na prisão preventiva) sempre será considerada a última alternativa a ser avistada pelo juízo, uma vez que o Ordenamento Jurídico Brasileiro adota o princípio da não culpabilidade ou da presunção de inocência como garantia fundamental, que assiste ao indivíduo, garantindo-lhe a regra de responder à persecução penal (fase investigativa e processual) em liberdade (5º, inciso LVII, CF).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA**  
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA/PI  
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

---

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059**

Logo, para que o arguido seja preso antes de sentença penal condenatória, necessária a presença dos requisitos da prisão preventiva ou temporária.

Falaremos sobre a prisão preventiva, que é objeto do pleito.

Pois bem, o Código de Processo Penal, em seu art. 311 a 313 delibera acerca das situações em que é possível decretar a prisão preventiva de indivíduo que esteja sendo alvo de investigação criminal ou de ação penal propriamente dita.

Nos termos do que dispõe o art. 311 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação criminal (pré-processual) ou da fase processual, desde que presentes os termos autorizadores previstos no art. 313 do mesmo diploma e que não sejam adequadas para o caso concreto a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, CPP).

Pois bem, sabe-se que a cassação da liberdade de ir e vir do indivíduo é medida extrema, que somente deve ser aplicada quando não existirem alternativas frente ao perigo real ou iminente de violação aos bens jurídicos tutelados pelo Estado, quando então revelam-se presentes alguns dos critérios alternativos e taxativos elencados do art. 312 do CPP.

Ou seja, deve-se sopesar se o representado, em gozo de sua liberdade, **causará óbices à investigação Criminal; à aplicação da lei penal e a conveniência da persecução penal; se não representam riscos a ordem pública e econômica**. Tais são os elementos a serem questionados a partir de então.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA**  
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA/PI  
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

---

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059**

Inicialmente, verifica-se a pena em abstrato cominada pelo preceito secundário do tipo penal em questão prevê pena de reclusão superior a quatro anos de reclusão, estando, na espécie, presente pelo menos um dos critérios alternativos previstos no art. 313, do CPP, em especial, o inciso primeiro.

Da investigação em andamento, pelos elementos indiciários colhidos, tais como os relatos das testemunhas, relatando o fato e apontando o representado como provável autor do fato, consubstanciam-se em elementos prelibatórios suficientes para dizer que existem verossimilhança nas alegações ou seja, indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas.

Pelo que relata o Ministério Público, LUIS NUNES NETO tem promovido atos que, uma vez consubstanciado em verdade, revelam verdadeiro perigo à ordem pública e sua liberdade a representação de riscos a provocar embargos em face da persecução penal, comprando testemunhas, ameaçando outras, promovendo atos de violência.

Pelo que temos dos autos, o investigado responde por outras ações penais. E além disso, é requerido em ações cíveis de natureza possessória, cujo conflito tem revelado a ocorrência de atos de violência, turbação, mesmo que com ordem judicial expressamente proibindo a prática de quaisquer atos desta natureza nas áreas em litígio, o que demonstra seu total desrespeito aos agentes representantes do Estado.

Suas investidas buscam esconder provas, que são vitais para a elucidação de fatos, que se comprovados, comprometerá



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA**  
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA/PI  
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

---

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059**

criminalmente o réu e seus companheiros na possível organização criminosa.

Com efeito, o juiz, na análise do status libertatis do investigado, deve avaliar a gravidade do crime, a circunstância do fato e as circunstâncias especiais do investigado, visando-se evitar novas práticas de infrações penais. (art. 282, I e II, do CPP).

Para tanto, não é necessário que o investigado seja reincidente ou esteja respondendo por outras ações penais, bastando que esteja suficientemente demonstrada a periculosidade do agente.

De mais a mais, em última análise, deve-se ainda considerar se algumas das medidas cautelares diversas da prisão não seria suficiente para a espécie, para somente então poder implicar a mais dura das imposições cautelares, o cerceamento da liberdade.

Como vimos, o grande perigo do agente é estar em liberdade, podendo ter acesso a pessoas e a informações que dizem respeito com os crimes que estão sob investigação, não sendo suficientes para contê-lo nenhuma das cautelares previstas no art. 319, do CPP.

Portanto, diante da presença do “fumus comissi delicti” (comprovada a materialidade delitiva e suficientes indícios de autoria) e o “periculum libertatis” do agente, frente aos inúmeros elementos acima descritos e constante dos autos, os quais comprovam a existência de um delito, bem como indicam **o investigado** como o provável autor do fato, estamos diante de flagrante situação de vulnerabilidade da ordem pública, o que deverá ser restabelecida, na forma do art. 312, do CPP.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA**  
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA /PI  
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

---

**PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059**

Presente, portanto, *in caso*, os requisitos fáticos taxativos alternativos previstos no art. 312 do CPP, reputa-se necessária e inadiável a prisão preventiva do autor do fato.

Dessa forma, levando em conta a Lei de Prisões e o fato de estarem presentes os motivos ensejadores da custódia cautelar do agente, para a garantia da ordem pública e assegurar aplicação da lei penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, **DECRETO** a prisão preventiva de **Luis Neto Nunes**.

Expeça-se mandado de prisão preventiva em seu nome.

Promova-se a Secretaria com a atualização do Banco Nacional de Mandados de Prisão, logo em seguida a efetivação da prisão.

Efetuada a prisão do investigado, encaminhem-se a Penitenciária Mista de Parnaíba – PI.

Intime-se o Ministério Público Estadual da presente decisão.

Intimações e Expedientes necessários.

Luis Correia – PI, 14 de maio de 2019.

**Willmann Izac Ramos Satos**  
**Juiz de Direito Titular da Comarca de Luís Correia - PI**